

"Credores esperam que superemos a crise apenas com medidas internas"

por Paulo Sotero
de Washington

Ao discursar ontem perante o comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou que os países credores estão envolvidos "num exercício de transferência de responsabilidades" pela crise da dívida quando pedem reformas econômicas internas nos países endividados.

"Embora admitindo que o crescimento é componente essencial de qualquer solução para a crise, os governos dos países credores ainda esperam que os países devedores, cujos cintos já estão apertados além de qualquer limite razoável, superem a crise com a mera adoção de algumas reformas internas", disse o ministro.

Aludindo à lentidão e à ineficácia dos atuais mecanismos de financiamento, Funaro criticou também os governos credores por não terem aberto suas linhas oficiais de crédito de financiamento às exportações, após a celebração do acordo com o Clube de Paris. "No caso do Brasil", disse ele, "poucos países credores honraram um compromisso claro e formal de reabertura de créditos."

E, numa ameaça velada de que o governo poder-se-á ver impellido a estender a moratória também à dívida oficial, aduziu: "O não-cumprimento de tal compromisso tornará muito mais difícil para o Brasil a sustentação dos níveis esperados de transferência de recursos para agências oficiais".

Num tom mais conciliatório, Funaro afirmou que o Brasil "efetuou nos últimos anos um custoso esforço de ajustamento econômico. Continuamos determinados a contribuir com a nossa parte no esforço para normalizar nosso relacionamento com a comunidade financeira internacional".

Não se sabe dos resultados da conversa que o ministro teve ontem com o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, e com representantes de outros países (no início da noite, Funaro teve um segundo encontro com Baker, desta vez em companhia dos ministros das Finanças da Venezuela, do México e da Argentina, para tratar da questão do aumento de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que Washington condicionou à obtenção do direito de veto sobre as decisões da instituição).

A julgar por alguns discursos e declarações, seu pleito por um novo tipo de negociação foi ignorado. O ministro das Finanças da Inglaterra, Nigel Lawson, disse, em seu discurso, que a estratégia adotada para o problema da dívida, em 1982, produziu os resultados imediatos para a qual foi calculada e que "se deve perseverar nela; pois não há nenhum caminho fácil para os países devedores reconquistarem o crédito".

Fornecer-lhes novos financiamentos sem quaisquer mudanças em sua política econômica seria contraproducente, pois foi isso que provocou a crise da dívida".

Baker, em seu discurso, também reafirmou a estratégia. Mas, numa aparente resposta a um argumento sobre o qual Funaro tem insistido — de que os EUA têm um déficit público maior que o do Brasil — o secretário do Tesouro afirmou, pela enésima vez, que os EUA reconhecem a necessidade de cortar seu déficit fiscal e estimou que o déficit, em relação ao PIB, será reduzido a 3,9% neste ano e a 1,5% em 1982. No ano passado, o déficit norte-americano foi de 5,3% do PIB.

O ministro das Finanças do Canadá, Michael Wilson, disse, por sua vez, que os países industrializados não aprovam a proposta dos países em desenvolvimento, representados pelo chamado Grupo dos 24, de criação de um novo foro para a discussão específica do problema da dívida. "O problema não é onde discutir, mas o que discutir", disse Wilson.

Diante de declarações como esta, o ministro da Fazenda manteve sua determinação de levar adiante a campanha pela mudança dos termos da negociação.

Ontem, pela segunda vez, ele elogiou o discurso que o novo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, fez na quarta-feira em favor de políticas de crescimento.

Mas, ao ser perguntado se, diante de uma possível mudança das políticas do Fundo, o Brasil consideraria entrar num entendimento com a instituição, ele afirmou que "a questão do Brasil não é uma ques-

tão de fundo. Nos últimos dois anos nós pagamos US\$ 24 bilhões aos nossos credores. Nós temos um déficit público que é proporcionalmente menor do que o dos Estados Unidos. Nosso problema não é, portanto, ir ao FMI, mas negociar um programa de financiamento com os credores".

Ele mostrou-se ainda satisfeito com a reunião que tivera, na véspera, com o presidente do Banco Mundial (BIRD), Barber Conable. "O Banco Mundial gostou do programa de refinanciamento e decidiu mandar uma missão na semana que vem, ou na próxima, ao Brasil para começar a discussão do programa."

Falando a jornalistas brasileiros, o presidente do BIRD reafirmou que o banco tem uma atitude positiva em relação ao Brasil" e que ele, Conable, "é otimista sobre que poderemos chegar a acordos". Mas, ao falar sobre a missão, disse que ela vai "pedir explicações sobre a situação do programa econômico e tentar obter alguns esclarecimentos", principalmente a respeito "dos empréstimos de ajustamento".

Esses empréstimos, também chamados de setoriais, e que beneficiaram a agricultura e a área energética com US\$ 1 bilhão (a maior parte já desembolsada) com a condição de que o Brasil apresentasse ao banco um programa econômico de médio prazo. Até hoje, isso não foi feito. De acordo com informações obtidas ontem por este jornal, a missão do banco que irá ao Brasil não é de alto nível.